



TIPO/Nº: SPW 42125

AUTOR: Ver2 Page3 Denise

RELATOR: Fahinillo

DATA: 30 / 06 / 2025 Presidente: J. C. MHA

PARECER DA CONSULTORIA JURÍDICA: ☒ SIM () NÃO
VISTA AO AUTOR PARA ADEQUAÇÃO: () SIM () NÃO

DATA: 07 / 07 / 2025



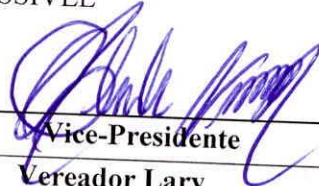
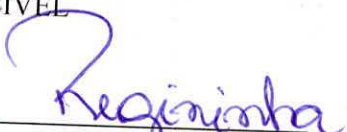
Relator: _____

(f) O presente projeto atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é adequado a Técnica Legislativa

() O presente projeto NÃO atende as normas Constitucionais, Jurídicas, Regimentais e é inadequado a Técnica Legislativa.

Relator _____ em 18/07/2025

Colocado o Processo em votação na CCJCDH, votou cada membro:

<p>Vereadora Juquinha</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p> _____ Presidente</p> <p>Vereador Fabinho</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p> _____ Secretário</p>	<p>Vereador Glauber</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p> _____ Vice-Presidente</p> <p>Vereador Lary</p> <p><input type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p>_____ Membro</p>
<p>Vereadora Regininha</p> <p><input checked="" type="checkbox"/> ADMISSÍVEL <input type="checkbox"/> INADMISSÍVEL</p> <p> _____ Membro</p>	

O Presidente declarou o resultado da votação pela sua:

☒ ADMISSIBILIDADE
☐ INADMISSIBILIDADE

Câmara Municipal, Rio Grande, 15 de Julho de 2025.

Presidente



PARECER JURÍDICO

SPLV: 42/2025

Protocolo: 4744/2025

Trata-se de Substitutivo ao Projeto de Lei de iniciativa da Vereadora Professora Denise Marques, que *“Veda a nomeação no âmbito do Poder Executivo Municipal e demais órgãos da Administração direta e indireta do Município do Rio Grande, para todos os cargos em comissão de livre nomeação e exoneração, de pessoas condenadas à Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha.”*

O SPLV tem como intuito realizar as alterações sugeridas no parecer ao PLV 42/2025, exarado por esta consultoria no dia 17 de junho.

Feitas as alterações, devidamente analisados os aspectos técnicos/legais, esta Consultoria conclui que a proposição não apresenta vícios formais e materiais, atendendo aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e legalidade. Portanto, opinamos pela viabilidade.

Rio Grande, 08 de julho de 2025.


Nicole Dos Santos Porto
OAB/RS 133952
Consultora Jurídica
Câmara Municipal do Rio Grande